



**8º SIMPÓSIO
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17
JUNHO 2021**



EXPERIMENTO DE COMPORTAMENTO ANTINORMATIVO

NARDES, W. B.¹
MEDEIROS, Vagner Marchezoni.²
ZASSO, Izabele.³

RESUMO

Este trabalho se caracterizou como um projeto piloto de um experimento de psicologia social, no qual buscou investigar os comportamentos antinormativos dentro do âmbito grupal, se estes estariam sujeitos a influência grupal ou não. A referida pesquisa é de ordem descritiva e utilizou para a sua realização o método de abordagem experimental, um dos métodos utilizados pela psicologia social. Participaram deste projeto piloto um total de 6 estudantes universitários, dois do sexo masculino e quatro do sexo feminino, jovens entre os 18 a 22 anos. Verificado a necessidade de ajustes na metodologia devido a característica de projeto piloto, os resultados, a relevância dos dados, assim como a sua análise, podem ter sofrido alguma tendenciosidade, entretanto, serviu de teste para observação de formas mais eficazes para realizar o experimento em um momento posterior com os devidos ajustes. Dados os seus resultados e sua análise, e levando em consideração a estrutura de ensaio (projeto piloto), verificamos que, comportamentos normativos como também os antinormativos são passíveis de influência; é tênue a definição de até onde é influência e até onde não é, devemos levar em consideração que os motivos pelos quais levam alguém a emitir tais comportamentos podem ser dos mais variáveis, e ainda, como apontado por Moscovici (2011), a influência não se dá apenas de um lado, ou seja, não se trata de um poder de influência monopolizado de quem se encontra em um estado superior.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Experimental, Comportamentos Antinormativos, Violação de Regras, Influência Social, Psicologia Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo concerne uma problemática que envolve questões sociais, no qual serviu de base da estruturação do trabalho a área da psicologia social, que assume a responsabilidade de estudar como se processa o convívio social, as leis gerais, e as consequências desse processo de interação, viabilizando uma melhor compreensão dos comportamentos sociais dos seres humanos, tendo em vista que a palavra social indica o indivíduo em sociedade, e não a sociedade. Esta área do conhecimento investiga o poder da situação social, e como este influencia o comportamento grupal ou individual (RODRIGUES A., 2011). Em nosso caso, buscou-se investigar a possibilidade de incitar a ocorrência de comportamentos antinormativos (que violam as regras) por meio da interação grupal, com o objetivo de verificar, por meio de um projeto piloto, uma estrutura mais adequada para o experimento de psicologia. Ademais, este trabalho pretendeu contribuir para o auxílio na compreensão de estudos referentes a fenômenos que ocorrem nos grupos, bem como para um melhor entendimento sobre os comportamentos de violação de regras, as possíveis influências

¹Wellynton Nardes de Bairros, Acadêmico de Psicologia. E-mail: wellyntonpsi@hotmail.com

²Vagner Marchezoni Medeiros, Mestre em Psicologia. E-mail: vagnermarchezonimedeiros@gmail.com

³Izabele Zasso, Mestre em Direitos Humanos. E-mail: izabelezasso19@gmail.com



grupais que levam a pessoa a violar as regras estabelecidas em seu meio, verificando-os através de um experimento. Desse modo, cooperando de forma aplicada para com os estudos teóricos sobre o tema abordado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INFLUÊNCIA E CONFORMIDADE SOCIAL

O interesse pela dinâmica da influência não é algo recente, é possível verificar o surgimento de sua investigação através dos estudos sobre o fenômeno da formação de opiniões e sugestão, no qual Asch (1955), afirma ter iniciado com os estudos da hipnose, motivado pelo francês Jean Martin Charcot no final do século XIX. Charcot postulava que apenas os pacientes histéricos eram passíveis de serem inteiramente hipnotizados, no entanto, esta ideia foi contrariada por Hyppolyte Bernheim e A. A. Liébault, demonstrando que grande parte das pessoas poderia entrar em um transe hipnótico. Bernheim constatou que esta hipótese seria uma condição extrema de um processo psicológico normal, que acabou se tornando conhecido como “sugestibilidade”.

Freud (1920/2011), em seu livro *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, se questiona sobre o porquê do sujeito ceder ao contágio afetivo estando em uma massa, alertando que o fato da existência de uma tendência à imitação é possivelmente causado pela influência sugestiva da massa. Ao adentrar sobre a formação das massas tanto com líder ou sem líder, o autor parte do princípio de que a situação no qual se encontra um simples agrupamento de pessoas não constitui ainda uma massa, pois os laços ainda não foram estabelecidos, entretanto, há de se admitir que em qualquer agrupamento a tendência à formação de uma massa psicológica pode surgir com facilidade. Em relação à sugestão, Freud afirma que não é unilateral, podendo ocorrer de forma mútua, isto é, não apenas o líder pode exercer esta sugestão, mas também os próprios indivíduos da massa. O autor ainda afirma a existência de algumas características do fenômeno de massa, como a falta de autonomia e de iniciativa do indivíduo, e a semelhança entre a reação do sujeito em relação aos demais. Há ainda de se notar certo enfraquecimento da aptidão intelectual, incapacidade de moderação e adiantamento, e desinibição da afetividade.

Levando em consideração a teoria psicanalítica freudiana, Rodrigues A. C., Capozzoli e Figueiredo (2017) analisaram um fenômeno de influência das massas, em específico, massas



constituídas por interesses passageiros, ocorrido em Abreu e Lima em Pernambuco no ano de 2014, que consistia em uma onda de saques a lojas e supermercados após a greve da polícia militar da cidade. Dentre os envolvidos desta massa estavam adolescentes, idosos, homens e mulheres, até mesmo crianças, em sua maioria sem antecedentes criminais. Os autores relatam que um dos possíveis fatores que podem ter contribuído para o aflorar do Id e a supressão do superego, foi a ausência da ordem e coerção que eram promovidos pelos policiais, tornando os moradores em saqueadores; com o contágio na massa, a ocasião fez o ladrão.

Outra situação que possivelmente se enquadraria como massa de interesse passageiro são os casos de linchamento. Cerqueira e Noronha (2004), investigaram diversas ocorrências de violência coletiva, como o de Pau de Lima no bairro Salvador, no qual um indivíduo acusado de arrombamento sofreu linchamento por mais de 40 pessoas, incluindo mulheres e crianças, arrastando-o pelas ruas do bairro através de correntes.

O linchamento, esta situação no qual um grupo de cidadãos agride uma pessoa ou um grupo menor, seria apenas motivado por mentes conservadoras e descrentes do poder judiciário? Ou dentro dessa massa de interesse passageiro poderia haver certa influência grupal? Tendo em conta que homicídio é crime, o que é que ampara tal ação dentro de um grupo que não justifica ser realizado fora de uma massa grupal? A legitimidade está porque os outros estão fazendo?

Lá Boétie (1549/2006), ao discorrer sobre a submissão de uma massa perante apenas alguns homens, defende a ideia de que tal submissão é algo que pode ser negado, pois para o autor, a liberdade é natural, somos senhores da nossa alforria e possuímos condições para se defender. Para sustentar esta ideia, Boétie sugere pensarmos sobre a tentativa de aprisionamento dos animais e a oposição destes para preservar a liberdade, situação que pode ocorrer dos menores aos maiores animais, que ao serem presos resistem com todas as forças através de garras, chifres, bico ou patas. Uma vez presos se desgraçam, aparentam estarem mais mortos do que vivos, apenas vivendo para lamentar a liberdade perdida. Sobre o texto de Boétie, Salztrager (2011) exemplifica que a obediência dos oprimidos se dá sempre de forma consentida, a servidão voluntária em si nunca é forçada, isso explicaria porque alguns homens conseguem dominar uma sociedade inteira.

Kelman (2006), alega que a submissão ou obediência seria apenas um dos processos envolvidos na influência social. De acordo com a teoria desenvolvida pelo autor, há a existência de três processos envolvidos neste fenômeno, a submissão ou obediência (*compliance*), a identificação (*identification*), e a internalização (*internalization*). No caso da obediência, seria quando o



indivíduo aceita a influência do grupo ou de uma determinada pessoa para obter algo, como uma recompensa específica ou a evitação de uma punição que uma pessoa ou o grupo controla. Na identificação, a aceitação da influência de um grupo ou de uma pessoa se dá pela motivação de manter ou estabelecer um relacionamento satisfatório, podendo estar baseada em uma relação recíproca, de satisfação de papéis, no qual o sujeito tenta satisfazer as expectativas do outro. A internalização dispõe de uma manutenção das ações e crenças, a aceitação da influência se dá pela congruência destas crenças com o próprio sistema de valores do indivíduo. Estes três processos são baseados em três formas distintas em que o indivíduo (P) se relaciona com o outro (O): quando P aceita as exigências de O (submissão ou obediência); quando P procura satisfazer as expectativas de O (identificação); ou quando P mantém uma congruência de seus valores com o de O (internalização).

Se de um lado temos aquele que sugestiona, do outro podemos ter aquele que pode ser influenciado. Nesta relação, é possível encontrar o fenômeno de “conformidade”, que segundo Prette (1995), existem estudos que investigam a interação, como os modelos funcionalista e genético. No modelo funcionalista, acredita-se que os estímulos ambientais podem apresentar alguma ambiguidade, podendo causar certa incerteza no sujeito em relação à realidade observada, neste sentido, a realidade social é conquistada através do consenso, priorizando a objetividade. Já no modelo genético ou interacionista, há estudos sobre a inovação, no qual a minoria entra em confronto com o poder, resultando em uma negociação entre as partes em conflitos, com uma aceitação total ou parcial da fonte minoritária, ou até mesmo a rendição à influência da maioria, ou seja, existe um conflito, e a negociação deste conflito.

Na opinião de Moscovici (2011), a direção e a importância da influência social empreendidos em um grupo vão ser determinadas através das relações de dependência, aqueles que estão presentes na parte mais alta de uma hierarquia apresentam uma influência maior sobre os que estão logo abaixo, ainda assim, isto não quer dizer que os que se encontram em uma condição mais elevada não sofrem influência, contudo, não tanto quanto aqueles que possuem uma condição inferior. De acordo com o autor, há um estado de incerteza interna no indivíduo que pode ser causado por ambiguidade ou uma diminuição dos critérios objetivos, deste modo, o indivíduo fica à mercê do outro, disposto a se submeter à influência. Esta influência é muito maior quando estão presentes estímulos sociais mais complexos, ou juízo de valor, ao contrário de um estímulo material



simples ou um juízo de fato. O estado de incerteza também pode ser gerado através do próprio indivíduo, causado por conta de aptidões intelectuais, características fracas ou sensoriais.

2.1.1 Experimento de pressão social

O psicólogo Solomon Asch (1955), conhecido pelos seus estudos sobre conformidade, realizou um experimento no qual reuniu em uma sala um grupo de pessoas para um experimento de psicologia de julgamento visual. Na sala havia dois cartões brancos, um com uma linha no sentido vertical que servira de padrão, e o outro com três linhas verticais com diferentes tamanhos, sendo que uma delas possuía o mesmo comprimento da linha do primeiro cartão, e as outras duas linhas continham uma diferença de 19 a 34 mm. O objetivo dos participantes era de escolher a linha do segundo cartão que tivesse o mesmo comprimento que a do primeiro cartão. O experimento começa, e na primeira comparação todos acabam escolhendo a mesma linha. Em seguida, é apresentado um novo cartão, e novamente a escolha é unânime. A seguir, mais um conjunto de cartões é apresentado, nesta terceira tentativa ocorre o inesperado, um dos participantes que se encontrava quase no fim da fila discorda de todos os outros em relação à linha escolhida. Na tentativa seguinte, novamente o dissidente acaba discordando com os demais; ele começa a ficar preocupado e hesitante na medida em que os novos cartões vão sendo apresentados. O que o dissidente não sabia é que os outros participantes foram instruídos antes do experimento a darem respostas erradas e unânimes em determinados conjuntos de cartões, e embora o sujeito esteja dando as respostas corretas, ele verifica que está em uma minoria, se opondo a uma maioria unânime. Neste caso, duas forças opostas atuam: a opinião unânime de um grupo e a prova de seus sentidos.

Em condições comuns, os sujeitos apresentam uma porcentagem de 1% de erro, mas sobre pressão do grupo eles acabam aceitando as respostas erradas, chegando a 36,8% de erro. Muitos dos sujeitos independentes resistiam porque tinham plena convicção em seus julgamentos; não se trata de ausência de sensibilidade ao restante do grupo, mas uma capacidade de superar a dúvida e assim restabelecer o equilíbrio. Também tiveram aqueles que agiram de forma independente acreditando que a maioria estava certa, contudo, continuavam a seguir seu julgamento, pois eles deviam apenas descrever o que estavam vendo. Dentre um grupo de participantes que acabaram se submetendo de forma extrema a pressão do grupo, foram observadas algumas respostas como “eu estou errado, eles



estão certo”, ou no caso daqueles que achavam que deviam concordar para não “prejudicar os resultados”. Muitas das pessoas que se submeteram suspeitaram que os outros participantes estivessem acompanhando o primeiro, ou que estariam sendo vítimas de uma ilusão de ótica, no entanto, estas hipóteses não foram suficientes para que se libertassem no momento de suas escolhas (ASCH, 1955).

Em relação ao indivíduo ou ao comportamento desviante, de acordo com Moscovici (2011), quando se há um desvio em relação às normas comuns, que inevitavelmente são estabelecidas pela maioria ou por uma autoridade, o desviante: por um lado é uma resistência, ameaça ao grupo; por outro, se encontra incapaz de encontrar as respostas adequadas. Para Lakatos (1990), o comportamento desviante não seria apenas a infração de uma norma por acaso, mas também uma ação que infringe determinada regra que o sujeito está orientado naquele momento, este comportamento desviante constitui-se por uma infração motivada. Um comportamento que é considerado dentro das normas de um grupo pode ser desviante em outro grupo, como exemplo em um grupo de criminosos no qual a ação de roubar é considerada em conformidade, na percepção de outro grupo esta ação se caracteriza como desviante, ou seja, o comportamento desviante só é em relação onde ocorre. A autora ainda comenta sobre as expectativas dentro das relações sociais sobre os comportamentos das pessoas do grupo, no qual há uma existência de uma possível possibilidade de prever as ações e reações dessas pessoas. Mas para que haja esta previsão, é necessário um sistema de normas, tendo em mente que os sujeitos integrados ao grupo estejam orientados pelo sistema. Quando a norma é quebrada através de um comportamento desviante, surgem sentimentos negativos em relação ao sujeito em desvio, ocorrendo sanções com o objetivo de punir e impedir que a ação ocorra novamente.

Alguns autores defendem a ideia da capacidade de independência e superação diante de uma possível influência, como Rodrigues P. (2018) e até mesmo o próprio Asch. O primeiro descreve o pensamento do grupo como um fenômeno que deve ser superado, pois neste tende a ocorrer certa imposição de um indivíduo sobre os demais do grupo, uma relação de dominação no qual existe um mantimento de pessoas em estados de subdesenvolvimento psíquico. Já o segundo, adverte que devemos duvidar que o fenômeno de poder de pressão social seja aceito pelas pessoas de forma não-crítica, pois o sujeito tem a possibilidade da independência e capacidade de ultrapassar a paixão do grupo. Em correlação a isso, existem autores que afirmam a existência de um ganho para o indivíduo ao se conformar com o grupo, como no caso de Moscovici (2011), no qual alega que as



pessoas podem muito bem pensar em algo e dizer outra coisa se existe uma vantagem sobre isso; quando o indivíduo aceita o julgamento do grupo, o faz por que o seu próprio julgamento ou opinião é incerto, difícil de ser verificado, ou por outra razão semelhante.

Do ponto de vista de Moscovici (2011), o indivíduo que se sente inseguro sobre suas opiniões e juízos, a probabilidade de ser influenciado é maior, o mesmo acontece para os inseguros de suas aptidões intelectuais e sensoriais, a disposição à aceitação de influência daqueles com capacidades intelectuais e sensoriais superiores. No caso de uma situação em que se encontram duas pessoas que estão convictas de seus julgamentos e opiniões, neste espaço, a influência social não tem lugar, pois não há incertezas. Da mesma forma ocorre dentro de um grupo que está seguro de algo, a influência sob a modificação destes julgamentos e opiniões é inútil, contudo, se mesmo assim o indivíduo que está seguro acaba-se por conformar, é possível que esteja envolvido outros motivos (subjetivos) no caso, como exemplo se submeter à influência para conseguir ser aceito pelo grupo. O autor ainda descreve a existência de dois tipos de realidade, a física e aquela baseada no consenso social. Na realidade física o sujeito não precisa dos outros para verificar, ele pode fazer isso por si mesmo, como descobrir a cor de um tecido, basta o sujeito olhar. No entanto, existem algumas situações no qual a pessoa passa a lidar com condições não verificáveis, como no caso de ideias, ou com características estáveis, deste modo, necessitando do auxílio do outro para se chegar a um julgamento, resultando em um produto de um grupo, uma “realidade” convencional ou comunicativa. Ou seja, quando estamos em uma situação no qual não se tem uma realidade objetiva, buscamos a realidade convencional como um substituto.

2.2 BASES DE PODER

No que concerne à preocupação sobre a responsabilidade ou não do indivíduo a respeito de seus comportamentos, e dos possíveis influenciadores destes, Raven (1965 *apud* RODRIGUES A. e ASSMAR, 2003) elaborou uma taxonomia constituída com seis bases de poder, identificadas como: coerção (ameaça de punição); recompensa (promessa de recompensa); referência (identificação pessoal); legitimidade (poder resultante da posição em que a pessoa ocupa); informação (poder dos argumentos); e conhecimento (poder decorrente da pessoa ser especialista). Através desta taxonomia é possível identificar o tipo de poder exercido por indivíduo sobre o outro, influenciando este a manifestar um determinado comportamento, seja ele ético ou não.



15-16-17
JUNHO 2021



Rodrigues A. e Assmar (2003) descrevem um exemplo para ilustrar o funcionamento das bases de poder de Raven, esta ilustração ocorre em um cenário que envolve um médico e uma enfermeira. O médico solicita à enfermeira que ela ministre um remédio experimental em um de seus pacientes, remédio este que ainda não foi aprovado. A enfermeira se nega a efetuar o pedido, porém, o médico consegue fazer com que ela ceda, pois de acordo com ele, é um especialista sobre assunto, sabe o que está fazendo (conhecimento); ou então ele acaba convencendo a enfermeira dizendo que ele tem o direito de prescrever aquela medicação (legitimidade); ou acaba ameaçando-a de punição (coerção); ou oferece a enfermeira algo em troca de sua aquiescência (recompensa); ou o médico apresenta argumentos que faz com que a enfermeira avalie por si mesma a relevância daquele pedido (informação); ou então acaba por invocar uma identificação entre os dois, fazendo com que a enfermeira efetue o que foi solicitado (referência).

O poder de coerção e recompensa dispõe da característica de serem poderes públicos, sua efetividade só ocorre quando está sobre supervisão do agente da influência; outra particularidade é que eles são dependentes, ou seja, dependem da possibilidade de se recompensar ou punir. Com relação à referência, legitimidade e conhecimento são privadas (independem de supervisão), dependem das características pessoais daquele que influencia (modelo de identificação, posição e perícia). Já o poder de informação, possui a peculiaridade de ser privada e independente, a sua eficácia ocorre através da argumentação apresentada, e não pelas características pessoais do agente (RAVEN, 1965 *apud* RODRIGUES A. e ASSMAR, 2003).

Referente à responsabilidade do indivíduo, Weiner (1955 *apud* RODRIGUES A. e ASSMAR, 2003) criou uma teoria denominada *Teoria da Conduta Social*, nela o autor discorre sobre o julgamento de responsabilidade do sujeito sobre um determinado comportamento, atribuindo a estas causas internas ou externas. Se o comportamento apresentado for por conta de uma causa interna, devemos averiguar se esta causa seria controlável ou não. O agente não é responsável quando a causa é externa ou incontrolável, e mesmo que em situações no qual o comportamento do sujeito é interno e controlável, algumas circunstâncias atenuantes podem estar presentes, tirando a responsabilidade da ação realizada; se não existir atenuantes e a causa é interna e controlável, pode ser considerado responsável pelos atos cometidos, como no exemplo a seguir: um estudante acaba fracassando por falta de esforço (causa interna e controlável), supõe que ele irá sentir culpa, e seu professor ficará irritado com tal fracasso do aluno, provavelmente o punindo por isso. Contudo, se o fracasso do sujeito for por conta de uma falta de aptidão (causa interna, porém



incontrolável) o estudante se sentira envergonhado, mas não com o sentimento de culpa, e seu professor poderá ter pena, e possivelmente auxiliá-lo.

O cenário utilizado em uma pesquisa realizada por Rodrigues A. e Assmar (2003) foi o mesmo que o citado anteriormente (enfermeira e o médico). Os pesquisadores apresentaram aos participantes um questionário que exibía dois desfechos de história, um positivo e outro negativo. No primeiro caso, a enfermeira recebe um telefone do médico que solicita a ela que um de seus pacientes seja medicado com quatro pílulas de um remédio que ainda estaria passando por uma fase experimental. Ela se recusa, pois este procedimento vai contra o código de ética das enfermeiras. O médico continua a insistir, apresenta razões que fazem com que a enfermeira atenda a seu pedido. No dia seguinte, é constatada uma melhora na situação do paciente, passam-se alguns dias e ele recebe alta. Já no desfecho negativo, a história varia apenas no final, no dia seguinte o paciente acaba piorando, falecendo em alguns dias depois. Após, eram apresentados seis razões para a enfermeira se submeter ao pedido do médico, cada uma dessas representando as seis bases de poder de Raven: a) poder de recompensa: o médico falou para enfermeira que facilitaria as coisas para ela no futuro; b) poder de coerção: o médico falou que cortaria o salário da enfermeira em R\$ 50,00 por mês, durante um período de cinco meses; c) poder de legitimidade: o médico disse que em instituições decentes as ordens advindas de superiores deveriam ser seguidas; d) poder de referência: o médico falou que sempre foi uma referência positiva para ela; e) poder de conhecimento: o médico disse que ela deveria seguir o que havia sido solicitado, pois ele era visto como um especialista; f) poder de informação: o médico disse à enfermeira que nos principais hospitais do país os médicos estavam se utilizando daquele remédio.

No que diz respeito a maior internalidade, responsabilidade e controlabilidade, uma relação com o comportamento antinormativo provocado por influência social, originado das bases de poder recompensa, referência e informação; e a menor internalidade, responsabilidade e controlabilidade atribuída às causas dos mesmos comportamentos quando motivado pela influência das bases de poder do tipo legitimidade, coerção e conhecimento; a justiça de punição severa ou nenhuma punição de acordo com o tipo de influência causado na enfermeira, Rodrigues A. e Assmar (2003), constataram que a aquiescência com as bases de poder recompensa, informação e referência é considerada mais merecedora de uma punição severa, e a menos merecedora de não-punição do que aquelas sob conformidade pelo bases de poder legitimidade, conhecimento e coerção.



15-16-17
JUNHO 2021



2.3 O DESENVOLVIMENTO MORAL

Levando em consideração a influência social e conformidade descrito pelos autores supracitados, uma pergunta surge em meio a todo esse processo: haveria talvez um fator de desenvolvimento envolvido nas escolhas do indivíduo, relacionado a uma falta de maturação causada por uma estagnação deste desenvolvimento? Sendo assim a causa da emissão de comportamentos imorais e antinormativos? Uma possível resposta a essa pergunta seria a hipótese de Lawrence Kohlberg (*apud* MOREIRA, CAMINO e RIQUE, 2015; MORAIS e LEPRE, 2010), o autor propõe uma teoria sobre o desenvolvimento moral, dividida em três níveis, pré-convencional, convencional e pós-convencional, considerando que cada um desses abarca dois estágios. O primeiro nível nomeado pré-convencional, contém características egocêntricas, de obediência e respeito à autoridade, julgando o certo ou errado considerando apenas os interesses próprios, os comportamentos que não resultam em punições são considerados moralmente corretos (Estágio 1). Com o tempo se desenvolve uma percepção de que o mesmo evento pode possuir pontos de vistas diferentes, o certo ou errado vai depender da percepção de cada um (Estágio 2). No nível convencional (Estágio 3), como integrante de um grupo, a percepção sobre o que seria justiça está ligada a relação de “faça aos outros aquilo que você gostaria que fosse feito a você”. Em seguida (Estágio 4), quando o sujeito percebe que faz parte não só apenas de um grupo, mas de uma sociedade, o senso de justiça começa a conter uma consciência a respeito das leis e das instituições sociais. No último nível, denominado pós-convencional (Estágio 5), o sujeito passa a se perceber além de um membro da sociedade, ele é um agente moral, tem conhecimento de seus direitos, deveres e valores, possui uma noção de justiça traçado por um contrato social, concebe uma importância sobre as leis e normas para a efetivação do bem-estar coletivo, mas também tem a consciência de que estas leis não conseguem proteger os Direitos Humanos de forma integral. As ações e julgamentos do sujeito passam a envolver princípios éticos universais, e o senso de justiça é compreendido com princípios categóricos (Estágio 6). O avanço nos estágios seria motivado por um conflito cognitivo, em uma determinada situação no qual o sujeito se encontra em uma divergência entre os pontos de vistas. Este avanço só ocorre quando ao se deparar com perspectivas diferentes ele consegue coordenar estes pontos de vistas diferentes, de maneira a encontrar uma solução para a situação que reestruture as perspectivas.



Segundo Rodrigues P. (2018), é necessário assumir sobre o desenvolvimento da criança ao jovem adulto que a princípio o que vem primeiro é a obediência relacionada ao pré-convencional, em seguida, a identificação com o convencional, e posteriormente a internalização relacionada ao pós-convencional. É verdadeiramente possível que indivíduos que tenham se desenvolvido até o pensamento pós-convencional possam ceder à pressão do grupo por conta da conformidade, este fenômeno poderia ser explicado pelo fato deste indivíduo se sentir inibido a expressar o seu pensamento crítico sobre as questões que o grupo está julgando através de um nível de pensamento convencional. Do ponto de vista de Souza e Vasconcelos (2009), a moral está além das obrigações, regras e deveres, ela inclui aspecto do eu (*self*) nos juízos e ações da pessoa. Por outro lado, os autores também entendem que uma moral fundamentada no outro, das relações interpessoais, produzem uma harmonia maior entre os seres humanos, possibilitando assim o convívio social.

Sobre a relação da moralidade e autonomia, Taille (2007) afirma que só é autônomo aquele que possui liberdade, suas ações não decorrem de um poder exterior ao sujeito, como exemplo o caso de um indivíduo estando em ameaça de fuzilamento, obrigado a ir para guerra, não há autonomia. O que interessa a moralidade é a relação energética/consciência, disso pode se utilizar outros exemplos como: ao ver uma criança chorando porque derrubou seu sorvete, é possível que sentíssemos compaixão. No entanto, se nesta situação for um adulto no lugar da criança dificilmente sentiríamos o mesmo. O que faz divergir o modo como vamos ver essas duas situações é o julgamento feito a ela, no primeiro caso julgamos como algo legítimo a criança chorar por ter perdido o seu sorvete, já no segundo julgamos como ilegítimo, anormal um adulto chorar por isso, sendo até visto como uma ação patética. Contudo, se soubéssemos que este adulto sofre de uma deficiência que o impede de ter uma reação vista como normal, nosso julgamento em relação à situação poderia mudar. Quem experimenta a simpatia não está dominado por uma força afetiva sem uma regulação por parte da consciência, quando existe uma regulação coexistem alguns graus de liberdade e autonomia, mas nunca em absoluto.

3. METODOLOGIA

Esse estudo caracterizou-se por uma pesquisa descritiva, com o objetivo principal de descrever um fenômeno, estabelecendo uma relação entre as variáveis (GIL, 2002). O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o hipotético-dedutivo, caracterizado por um processo que



**8º SIMPÓSIO
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17
JUNHO 2021**



perpassa por uma formulação de hipótese, e possui uma inferência dedutiva (PRODANOV e FREITAS, 2013). O estudo referido se configura por um método de abordagem experimental, pois busca através de um objeto, selecionar uma ou mais variáveis potencialmente influentes, definindo formas de controle que a variável possa influenciar o objeto (GIL, 2002). Um dos métodos de investigação mais usado pela área da psicologia social é o método experimental, nele o pesquisador tenta estabelecer uma ligação de causa e efeito entre situações específicas. O objetivo não é determinar o comportamento, mas calcular qual dos comportamentos é mais provável que aconteça em uma determinada situação (RODRIGUES A., 2011).

3.1 LOCAL

A pesquisa foi realizada em uma das salas disponibilizadas pela instituição de ensino superior Centro Universitário FAG após a permissão da prática do experimento.

3.2 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa uma amostra de sete indivíduos, no entanto uma das amostras foi retirada da análise por conta da recusa em participar da segunda etapa da pesquisa, sendo todos acadêmicos do ensino superior. Este total de participantes tem relação com a quantidade utilizada no experimento de Asch (1955), no qual o autor encontrou um aumento da aceitação a pressão de grupo na medida em que a quantidade de opositores era aumentada, contudo, este aumento de aceitação só é significativamente considerável até um determinado ponto (quantidade de opositores). A escolha dos participantes se deu de forma aleatória, através da busca de alunos interessados e disponíveis na universidade. Os possíveis riscos relacionados à participação foram: o constrangimento em relação aos comportamentos emitidos pelo participante; o constrangimento por responder algumas perguntas da entrevista (pós-experimento); vazamento de informações ou imagens do participante; e o sentimento de estar sendo pressionado pelo grupo. Sobre os possíveis constrangimentos, estes foram amenizados através de uma conversa antes do experimento e outra antes da entrevista (pós-experimento) explicando sobre os processos ocorridos. Em relação ao vazamento de informações ou imagens, os dados coletados foram armazenados em uma pasta com um código de segurança, em um computador bloqueado por senha. No tocante aos benefícios



relativos à participação, essa se deu de forma indireta, no qual o participante esteve contribuindo para a expansão da compreensão sobre os fenômenos que envolvem a influência, conformação, dependência e independência, favorecendo o conhecimento para com a área da psicologia social, dentre outras diversas áreas que estudam os temas abordados.

Para a participação na pesquisa seguiu-se apenas dois critérios: ter mais de 18 anos, e ser estudante universitário. Os critérios para exclusão de participação da pesquisa foram: ter menos de 18 anos, não ser estudante universitário ou se recusar de antemão a participar da pesquisa.

3.3 INSTRUMENTOS

Para esta pesquisa utilizamos três instrumentos que foram elaborados pelos próprios pesquisadores, o questionário sociodemográfico, um questionário com questões problemas, e uma entrevista semiestruturada (pós-experimento).

O questionário sociodemográfico utilizado na pesquisa possui questões como: sexo; idade; estado civil; vínculo empregatício; condição econômica; curso que está cursando no momento; e se já possui alguma formação.

As questões utilizadas no questionário com questões problemas foram retiradas das perguntas utilizadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Quanto à entrevista semiestruturada, continha as seguintes perguntas: o que você achou do experimento? Descreva-me como você se sentiu quando foi chamado por um dos atores a participar da ação antinormativa que ele estava praticando; em algum momento você se sentiu pressionado a fazer o que não queria? Você desconfiou em algum momento deste experimento ou ficou sabendo de quais seriam os objetivos ou os procedimentos que estavam sendo adotados no experimento? Por que mesmo vendo que o colega do lado estava burlando as regras estabelecidas pelo pesquisador, você não fez como ele? Mesmo vendo que os outros estavam burlando as regras estabelecidas pelo pesquisador, por que você não o fez como os outros? Por que mesmo ciente das regras estabelecidas pelo pesquisador, você as infringiu?



3.4 PROCEDIMENTOS

Para que acontecesse a realização da composição das amostras, optou-se pela execução de sorteio, visando a diminuição da tendência da pesquisa por parte dos pesquisadores. Levando em consideração que o local onde a pesquisa foi realizada possuía quatro blocos de estudo, primeiramente sorteamos em qual dos blocos seria procurado o primeiro participante, e no momento posterior um sorteio para o andar do mesmo, podendo ser o térreo, 1º piso, 2º piso ou 3º piso. Feito este processo, um dos pesquisadores se deslocou para o bloco/andar sorteado e convidou a pessoa mais próxima do pesquisador. Caso não fosse encontrado um voluntário no andar em questão, era realizado um novo sorteio dos andares. Encontrado o primeiro participante, iniciou-se novamente o processo de sorteio dos blocos e posteriormente os andares.

Em seguida, os participantes principais eram chamados um de cada vez para uma sala, no qual entrava juntamente com sete pessoas. O que o participante principal não sabia é que entre ele existiam sete pessoas atuando, enquanto os pesquisadores estavam em outra sala observando o processo através de uma câmera escondida na sala.

Este estudo continha dois estágios. No caso do primeiro estágio, o participante principal juntamente com os atores ao adentrar na sala, o pesquisador se apresentava realizando uma conversa sobre o funcionamento do experimento sem revelar aos participantes o objetivo da pesquisa, apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) somente após o experimento, se enquadrando em uma pesquisa encoberta, pautada na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, Art. 2º, XV, no qual afirma que a:

Pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente;.

Os participantes que aceitavam contribuir com o estudo eram instruídos sobre as questões problemas, o tempo limite para responder as questões (15 min.), e as regras que deveriam ser respeitadas durante o processo, tais como: não utilizar o celular ou qualquer outro aparelho



eletrônico; não copiar as respostas dos outros participantes; e não se levantar da cadeira até o término do experimento. O tempo limite de duração do experimento e as regras eram escritas na lousa da sala, caso os participantes esquecessem das informações podiam ter acesso as mesmas lendo a lousa em sua frente. Para que houvesse algum envolvimento dos participantes em relação a responderem as questões problemas com a intenção de ganho (caso contrário poderia talvez interferir na metodologia da pesquisa, justificando pelo fato de que uma vez que não exista uma espécie de ganho para responder as questões, qual seria o motivo que faria com que os atores burlassem as regras do experimento?), era proposto uma premiação para os dois participantes que tirassem as maiores notas.

Esta forma de conduzir o experimento foi escolhida para evitar que a leitura do TCLE que contém os objetivos e procedimentos da pesquisa pudesse influenciar os comportamentos dos participantes durante o experimento, visando deste modo à observação e análise de comportamentos ocorridos de forma espontânea.

Depois de esclarecido o processo, o instrutor saía da sala, deixando apenas o participante principal e os atores. A princípio a pesquisa era realizada como um pseudo experimento (uma avaliação da capacidade de resolução de problemas). Em um determinado período do experimento, uma das pessoas sentada ao lado do participante principal começava a utilizar o celular, pesquisando as respostas e oferecendo ao participante o seu celular para fazer o mesmo. A equipe de atores será formada por um grupo de acadêmicos que aceitaram o convite em participar como auxiliares de pesquisa, que após o aceite passaram por um processo de instrução e treinamento de como se comportar durante o experimento.

O segundo estágio do experimento só ocorria caso o participante principal se recusava a violar as regras estabelecidas pelo pesquisador. Após a tentativa de uns dos atores fracassar em relação à influência para com o participante, os outros atores passavam a mexer no celular, trocar respostas entre si e andar pela sala. O objetivo desta segunda situação é verificar se mesmo que o participante principal tenha a princípio se recusado a infringir as regras, se há a possibilidade de ser influenciado a violar quando todos os outros estiverem violando.

Após o término do tempo, um dos pesquisadores entrava na sala e conduzia o participante principal até a sala dos pesquisadores, onde era explicado o verdadeiro objetivo do experimento e os procedimentos que foram tomados. Por fim será aplicado o TCLE, a entrevista semiestruturada e o questionário sociodemográfico.



3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Com o término da realização do experimento e da entrevista, os dados que foram coletados através da gravação de vídeo e áudio foram analisados, observando os comportamentos emitidos pelos participantes principais, correlacionando com as informações coletadas através do questionário sociodemográfico e da entrevista semiestruturada.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa um total de 7 pessoas, contudo, um dos participantes se recusou a participar da segunda etapa da pesquisa (entrevista), com isto sendo retirado da análise dos resultados da pesquisa, totalizando uma quantia de 6 participantes, dois do sexo masculino, quatro do sexo feminino, jovens entre os 18 a 22 anos, todos estudantes universitários. Após o término da coleta de dados, foi possível observar alguns eventos ocorridos de forma semelhante entre os experimentos, comportamentos parecidos, mas que, no entanto, foram motivados por questões diferentes.

Em relação a violação das regras, o número de sujeitos que aceitaram obter as respostas e colaboraram com uma das atrizes foi de um de total de 1, os demais não violaram nenhuma das regras supracitadas na metodologia.

No que se refere aos sentimentos despertados nos participantes no momento em que foram convidados pela atriz a participar de um movimento para violação das regras estabelecidas inicialmente, aparecerem respostas como “nervoso e ansioso”, “surpresa”, “incomodado”, “assustada e desconfiada” e “suspeita”; três dos participantes afirmaram não ter se sentido pressionado a aceitar a proposta da atriz, inclusive a participante que aceitou violar as regras.

Sobre a desconfiança dos processos do experimento, dois dos participantes descreveram que antes mesmo de entrar na sala passaram a observar os movimentos e perfil dos atores, já no momento da avaliação deduziram que poderia se tratar de uma delação premiada, enquanto as outras quatro participantes nenhuma desconfiou, apenas descreveram uma “estranheza”, como: “não sei o que está acontecendo”.

Quanto ao motivo pelo qual fizeram com que não aceitassem violar as regras em conjunto com a atriz ou o grupo, dois dos participantes argumentaram que seus comportamentos normativos



estariam ligados aos ensinamentos empreendidos em casa pelos familiares “de ser uma pessoa correta”; duas das participantes descreveram uma preocupação com o estudo ou empatia para com o pesquisador, dentre eles argumentos relacionados ao medo de alterar os dados da pesquisa caso desrespeitasse as regras estabelecidas e uma preocupação em ajudar o pesquisador, neste último a participante afirmou que encontra dificuldade em encontrar voluntários para seus trabalhos acadêmicos. Houveram também falas relacionadas ao comportamento de colar como sendo injusto aqueles que se dedicam a estudar, como também uma autossabotagem, não havendo aprendido nisto e possivelmente causando um prejuízo no futuro, ou de que se há uma regra ela deve ser cumprida; e por fim uma preocupação (caso colasse) de passar a cola errada. Dois dos participantes admitiram ter focado na avaliação utilizando a prova para verificar sua capacidade intelectual, sendo que um deles afirmou que caso escolhesse colar o faria por uma decisão tomada por si mesmo e não uma sugestão por que os outros estavam fazendo.

No caso da participante que violou as regras, argumenta que copiou algumas das respostas apenas para utilizar caso não conseguisse responder as perguntas sozinha, e mesmo tendo feito este movimento, afirma que achou uma falta de respeito as conversas e a atriz ter se levantado, já que era uma regra que havia sido estabelecida.

Ao serem questionados sobre o que fariam caso chegasse ao final da avaliação e os ganhadores fossem aqueles que tivessem colado, 4 afirmaram que não falaria nada, enquanto o restante (2) talvez falaria. Os motivos justificados pelos participantes para impedir ou não os que violaram as regras de ganhar o prêmio, foi de: só contar o ocorrido caso sentisse que estivesse sendo prejudicado; insegurança de falar algo pela hipótese de talvez estar em um grupo no qual as pessoas se conhecessem assim sendo minoria contra a maioria; “cada um sabe o que faz”, ou seja, colocando a responsabilidade dos comportamentos no indivíduo antinormativo; e “o tal do x9 sempre se ferra”, aquele que acaba contando o evento acaba em prejuízo num momento posterior. No caso da participante que violou as regras, afirma que mesmo que os outros tivessem ganhado através de cola ela não contaria, e se a mesma tivesse ganhado através da cola também não contaria. Os dois dos participantes que afirmaram que talvez contariam, pensaram também na hipótese de contar caso houvesse uma delação premiada.

É difícil afirmar que o grupo conseguiu se estabelecer como uma massa de interesse passageiro, já que em relação aos atores havia o desejo de auxiliar na pesquisa, enquanto aos participantes grande parte apresentou discursos variados sobre o interesse em participar do estudo.



Se analisarmos os dados coletados através da teoria formulada por Kelman (2006), poderíamos observar a presença do processo de submissão ou obediência na participante em que violou algumas das regras estabelecidas, para que assim pudesse obter algo em troca, as respostas para as perguntas que não conseguia responder e deste modo ganhar o prêmio. Poderia estar envolvido também o processo de internalização, mas por falta de dados sobre as crenças e sistema de valores do indivíduo (o que não era o foco da pesquisa) afirmar a presença deste processo poderia ser precipitado. Seria interessante verificar uma possível existência de identificação, mas a participante antinormativa revelou ter desconfiado da atriz mesmo colando dela.

Retirando um pouco do foco em direção aos comportamentos antinormativos, o que poderia ter influenciado os participantes a não violar as regras, aceitando as normas determinadas pelo pesquisador? É possível observar em algumas das falas uma relação das crenças e valores dos participantes em correlação as regras formuladas, como exemplo havia a regra de não copiar as respostas, e alguns dos participantes apresentaram a ideia de que copiar respostas pode prejudicar futuramente, logo em colaboração com a crença, processo denominado internalização. Poderíamos também verificar através de alguns dados o processo de submissão ou obediência (KELMAN, 2006) nos casos em que os participantes aceitaram colaborar com o estudo aceitando as regras formuladas pelo pesquisador para ganhar algo em troca, que seria a verificação da capacidade intelectual.

Através da entrevista, foi possível verificar uma situação ocorrida no experimento semelhante aos dados encontrados por Asch (1955), no qual havia uma preocupação por parte dos participantes em alterar os resultados, que no experimento em questão surgiu como fundamento para não desobedecer às regras, pois estes comportamentos de acordo com o pensamento dos participantes poderiam ser prejudiciais a pesquisa.

No caso do experimento realizado por Asch (1955), os participantes da pesquisa podiam dizer a verdade sobre o que estavam vendo e entrar em acordo consigo mesmo, contudo, o indivíduo poderia estar se arriscando e desagradando os outros, pois muitas vezes não é apropriado ouvir ou dizer a verdade, é possível que esta gere talvez uma hostilidade. Através dos comportamentos antinormativos e fala da participante que violou as regras, podemos observar uma incongruência sobre sua fala e comportamento, em que afirma ser uma falta de respeito para com o pesquisador, a movimentação e conversas durante o experimento, mas que ela mesma violou uma destas regras, o que também estaria em conformidade com o que é apontado por Moscovici (2011),



afirmando que as pessoas podem muito bem dizer uma coisa e fazer outra caso isso tenha alguma vantagem para ela. Este fato não seria apenas visível através dos comportamentos antinormativos, como também daqueles que não violaram as regras, mas ao chegarem no final quando questionados sobre se falaria algo em relação aqueles que violaram, quatro dos participantes confessaram que não falaria nada, enquanto dois dos participantes talvez falaria, surgindo como argumento em um desses casos, que esta evitação estaria associada ao fato de estar em minoria e acabar se prejudicando, seria como “não vou contar para não se prejudicar”.

Como já supracitado, a insegurança das próprias aptidões intelectuais estaria associada a uma maior probabilidade de influência (MOSCOVICI, 2011). É possível verificar através da fala da participante antinormativa, que anotou as respostas da atriz pois estava insegura em relação as próprias respostas e não sabia se conseguiria responder até o final do experimento, o que então poderia ter facilitado o seu aceite ao complô com a atriz. Interessante mencionar que um dos participantes disse que se viu como “burro” por não conseguir responder as questões, mas não foi suficiente para provocar os comportamentos antinormativos, o que no caso poderia estar envolvido outros fatores subjetivos que impediram o indivíduo de colar.

Para analisarmos o poder exercido tanto pelo pesquisador quanto pela atriz, será utilizado como referência as Bases de Poder de Raven. De acordo com os dados observados, foi insuficiente o material disposto neste experimento que faça crer a existência neste estudo do poder de coerção, legitimidade e conhecimento exercidos sobre o participante, ao contrário do poder de recompensa, que seria um poder (ao menos latente) exercido pelo pesquisador em direção ao participante através da promessa de que os dois participantes que pontuassem mais receberiam uma premiação. No entanto este poder não se efetivou em todos os experimentos, pois haviam aqueles que julgaram a premiação como sendo algo de pequeno valor, mas que em alguns casos (dois) o desafio intelectual demonstrou ser um atrativo para realização da tarefa de resolução dos problemas, o que dificultou a aquiescência para com atriz, já que isso interferiria no teste da capacidade intelectual. Em dois dos experimentos normativos é possível que o poder de referência tenha sido exercido pelo pesquisador, mesmo que o pesquisador e participante não se conhecessem, seria mais correto utilizar neste caso o termo identificação, no qual fez surgir depoimentos que demonstraram empatia em relação ao pesquisador.

Referente ao experimento antinormativo, é possível averiguar a ação do poder de informação e recompensa exercidos pela atriz para com a participante. O poder de informação e



recompensa eram potenciais em todos os casos, mas que só vieram a agir no momento em que houve a aceitação deste poder pela participante. O poder de informação estava relacionado as respostas que atriz tinha acesso, já o poder de recompensa seria o acordo entre a atriz e participante “eu te dou as minhas respostas (recompensa) e você me oferece as suas”.

Em termos de responsabilidade como já supracitado, na pesquisa realizada por Rodrigues A. e Assmar (2003) sobre o a Teoria da Conduta Social, no qual as bases de poder recompensa, referência e informação nos casos de influência social em relação aos comportamentos antinormativos, demonstraram ter maior internalidade, contrabilidade e responsabilidade; e tendo como estes poderes presentes na pesquisa em questão (no caso do experimento antinormativo) a informação e recompensa, podemos arriscar em afirmar que a participante agiu de forma responsável para com seus atos, não havendo nenhum atenuante de causa externa como a coerção, legitimidade e conhecimento do tema (levando em consideração que a participante desconfio da atriz mesmo aceitando suas respostas) por parte da atriz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado refere-se a um projeto piloto de um experimento, que de acordo com Bailer, Tomitch e D'ely (2011), tem como objetivo testar os instrumentos, metodologia e cada etapa de execução, para que assim se possa aprimorar aquilo que for necessário. Portanto, serão mencionados alguns quesitos que poderiam ser alterados para que o experimento se torne mais refinado.

Para auxiliar em futuras pesquisas ou continuação desta, sugerimos algumas questões que poderiam ser relevantes para a melhoria da aplicação e coleta de dados. Seria interessante que, ao invés de ofertar uma premiação (o que neste estudo não apresentou muita valoração) ou até mesmo uma etapa adicional, apresentar a proposta de que: aqueles que não conseguirem responder uma determinada quantia de questões iriam passar para a segunda fase da pesquisa, com mais questões difíceis e por um tempo maior. Neste caso, poderíamos *abarc* participantes que não estariam interessados a continuar a pesquisa por conta do tempo e cansaço, deste modo, estimulando a encontrarem as respostas para evitar a segunda etapa. Recomendamos também, uma maior atenção a entrevista semiestruturada, formulando questões norteadoras afim de obter dados referente a: crenças e valores do participante; relação participante e pesquisador; relação participante e



pesquisa; e relação participante e atores, afim de averiguar o quanto este indivíduo se sente disposto em denunciar os comportamentos antinormativos. Verificamos a necessidade de um maior tempo de treinamento com os atores, realizando no mínimo dois testes experimentais e fazendo um agendamento de horário de chegada para cada ator, para que o participante não desconfie em sua chegada - o que ocorreu em dois dos experimentos. Outro fator que auxiliaria na verificação da sugestionabilidade de alguns comportamentos, seria o questionamento por parte dos pesquisadores de um modo mais restrito, questionando sobre um comportamento específico do participante, o que o levou a emití-lo, levando em consideração as questões norteadoras supracitadas.

Dados os seus resultados e sua análise, é possível afirmar que tanto os comportamentos normativos, como também os antinormativos, são passíveis de influência. É tênue a definição de até onde é influência, e até onde não é. Deve-se levar em consideração que os motivos pelos quais levam alguém a emitir tais comportamentos podem ser dos mais variáveis, e ainda, como apontado por Moscovici (2011), a influência não se dá apenas de um lado, ou seja, não se trata de um poder de influência monopolizado de quem se encontra em um estado superior, mas podendo também estar em posse daquele em um estado inferior.

É necessário enfatizar que durante toda a parte de análise dos dados, nos referimos a participante antinormativa aquela que violou as regras definidas pelo pesquisador, pois se levarmos em consideração o que já foi discutido por Lakatos (1990), os comportamentos desviantes são dependentes da percepção, ele só é desviante em relação a um determinado ponto de vista. O que podemos concluir se analisarmos de outra perspectiva, que aqueles que seguiram as ordens do pesquisador foram desviantes em relação ao grupo de atores que manifestaram comportamentos antinormativos referente as regras estabelecidas pelo pesquisador. Avaliar se estes comportamentos foram ou não corretos, cairíamos numa discussão acerca dos valores grupais, pois comportamentos corretos ou incorretos estariam dependentes da localização da percepção, como por exemplo no experimento realizado; foi correto, para o grupo de atores antinormativos, o participante que violou as regras, e incorreto aquele que não violou; e foi correto para o pesquisador, aquele que não violou, e incorreto aquele que violou.



REFERÊNCIAS

- ASCH, S. E. **Opiniões e pressão social**. 1955. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762992/mod_resource/content/1/Opinioes%20e%20presso%20social%20-%20solomon%20asch.pdf>. Acesso em 02 de fev. 2019.
- BAILER, C.; TOMITCH, L. M. B. & D'ELY, R. C. S. F. O planejamento como processo dinâmico: A importância do estudo piloto para uma pesquisa experimental em linguística aplicada. **Revista Intercâmbio**, v. XXIV: 129-146, 2011. São Paulo: LAEL/PUCSP. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/viewFile/10118/7606>>. Acesso em 01 de set. 2020.
- BOÉTIE, É. de La (1549). **Discurso sobre a servidão voluntária**. eBooksBrasil, 2006. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria.pdf>. Acesso em 08 de jun. 2019.
- CERQUEIRA, R. T. de, e NORONHA, C. V. Cenas de linchamento: Reconstruções dramáticas da violência coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 163-172, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v9n2/v9n2a03.pdf>>. Acesso em 08 de jun. 2019.
- FREUD, S. (1920). **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. Companhia das Letras. Obras Completas, Vol. 15, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 4ª ed. 2002.
- KELMAN, H. C. Interests, relationships, identities: Three central issues for individuals and groups in negotiating their social environment. **Annual Review of Psychology**, Vol 57, 1-26. 2006. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.psych.57.102904.190156>> Acesso em 05 de jan. 2019.
- LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 6. ed. rev. 1990.
- MORAIS, P. U. R. B. A. de; LEPRE, M. R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estudos de Psicologia**, 15(1), 35-32. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000100004escript=sci_abstractetlng=pt> Acesso em 05 de fev. 2019.
- MOREIRA, P. L.; CAMINO, C. P. dos S. e RIQUE, J. Uma comparação do desenvolvimento moral de adolescentes entre duas décadas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 67(3), 47-61. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000300005&lng=pt&ntnrm=isoetlng=pt> Acesso em 06 de fev. 2019.
- MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2011.



PRETTE, A. D. Teoria das minorias ativas: Pressupostos, conceitos e desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Vol, 11 n. 2, 145-153. 1995. Disponível em:

<<http://www.rihs.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/02/Teoria-das-minorias-ativas-pressupostos-conceitos-e-desenvolvimento.pdf>> Acesso em 14 de fev. 2019.

PRODANOV, C. C. e FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2ª. ed., 2013.

RODRIGUES, A. **Psicologia social para principiantes: Estudo da interação humana**. Editora Vozes, 14ª ed., 2011.

RODRIGUES, A. e ASSMAR, E. V. L. Influência social atribuição de causalidade e julgamentos de responsabilidade e justiça. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(1), 191-201. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722003000100020escript=sci_abstractetlng=pt>. Acesso em 10 de mar. 2019.

RODRIGUES, A. C. B., CAPOZZOLI, D. A. S. e FIGUEIREDO, P. P. V. O fenômeno de massa: Uma perspectiva psicanalítica freudiana na análise dos saques ocorridos em Abreu e Lima/PE. **Humanae. Questões controversias do mundo contemporâneo**, v 11, n.1, 2017. Disponível em:<<http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/570/174>>. Acesso em 10 de jun. 2019.

RODRIGUES, P. R. G. Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: Ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. **Psicologia e Sociedade**, Vol. 30. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822018000100213escript=sci_arttext> Acesso em 14 de mar. 2019.

SALZTRAGER, R. Os fenômenos de massa e a servidão voluntária: Um possível diálogo entre Freud e La Boétie. **Revista Digital AdVerbum** 6 (2), pp. 177-185, 2011. Disponível em:<http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/adverbum/vol6_2/06_02_06servidaovoluntaria.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2019.

SOUZA, L. L. de e VASCONCELOS, M. S. Juízo e ação moral: Desafios teóricos em psicologia. **Psicologia e Sociedade**, 21(3), 343-352. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0102-71822009000300007elng=enenrm=iso> Acesso em 13 de jan. 2019.

TAILLE, Y. de L. Desenvolvimento humano: Contribuições da psicologia moral. **Psicologia USP**, 18(1), 11-36. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0103-65642007000100002elng=enenrm=iso> Acesso em 13 de jan. 2019.